

Estudos sobre juventude em educação

Marilia Pontes Sposito

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

Este artigo apresenta resultados preliminares de investigação que examina a produção de conhecimento sobre o tema juventude, apontando questões advindas do exame de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, de 1980 a 1995¹.

¹ O projeto de pesquisa denomina-se “Juventude e Escolarização: uma análise da produção de conhecimento” e está sendo desenvolvido em conjunto com Sérgio Haddad (Ação Educativa e PUC/SP), com o apoio da FAPESP e CNPq. Agradeço aos bolsistas Janaina Vargas, Marco Antonio Edreira, Paula Gonçalves, Thereza Pozzi e Irene Miashiro pela sistematização dos dados. Ao Setor de Documentação de Ação Educativa o meu particular agradecimento pelo suporte técnico competente. Os dados aqui apresentados caracterizam-se pelo seu caráter ainda inicial, retirados dos resumos das dissertações e teses defendidas na área de Educação, pois em fase posterior a análise dos trabalhos será realizada a partir da leitura do texto completo. Eventuais falhas do levantamento da produção ainda estão sendo corrigidas mediante revisão e acesso a outras fontes, resultando, provavelmente, no acréscimo de trabalhos a serem considerados no âmbito da temática. Algumas lacunas podem, também, decorrer da existência de trabalhos cujos resumos não foram enviados para a ANPED ou CAPES.

Inicialmente, torna-se necessário considerar que os problemas da análise da produção de conhecimento sobre jovens ou juventude recobrem um elenco significativo de questões que incidem, principalmente, sobre o próprio tema eleito para investigação e sua eventual presença nos estudos que constituem o campo da pesquisa educacional.

Para Mauger, o trabalho “aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos” (1994, p.6). Buscando oferecer um quadro amplo do estado das investigações sobre os jovens na França, esse pesquisador evidencia as dificuldades presentes nesse intento, pois a primeira questão que se apresenta é a da própria definição da categoria juventude.

Poderíamos concluir que, aparentemente, os pesquisadores interessados em estudar e realizar balanços sobre essa temática estariam frente a uma situação paradoxal de difícil resolução. De um lado, qualquer investigação em torno da produção de co-

nhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa categorização inicial as dificuldades não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a um uso da categoria jovem que se imporia de modo igual a todos os pesquisadores. Assim, se para ordenar fosse preciso recorrer a critérios comumente utilizados e se, de fato, é problemática a adoção desse mínimo já estabelecido, estaríamos diante de um impasse de difícil resolução.

Uma das formas de aproximação, tendo em vista a exequibilidade do empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. Sendo assim, os estudos sobre tais sujeitos também sofrem essas influências ao elegerem suas âncoras teóricas e respectivas formas de aproximação do objeto.

Embora ocorra um reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de *transitoriedade* como elemento importante para a definição do jovem — transição da heteronomia da criança para a autonomia do adulto — o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema². Pais (1990), ao examinar um conjunto expressivo de autores que se dedicaram à investigação sobre juventude, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros a temá-

tica estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe (p. 140).

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda³. Assim, se nos anos 60, a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica (Pais, 1990). Do mesmo modo, Jankowski (1992), ao realizar balanço sobre estudos de gangues nos EUA — tema que participa do foco de interesses da sociologia norte-americana desde o início dos anos 20 com a Escola de Chicago — verifica que houve um arrefecimento desses estudos nos anos 60. Nesse momento a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos de contracultura e para as manifestações estudantis que atingiam a sociedade norte-americana. No início da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam novamente o interesse dos estudiosos, não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada de violência juvenil que atingiu o país.

Poderíamos considerar, como hipótese, que na pesquisa em Educação, ênfases temáticas e categorias de análise não se despem das influências das conjunturas históricas e dos processos sociais em que se movem, tornando-se mais ou menos permeá-

² As formulações de Mannheim constituem contribuições fundamentais sobre o tema da juventude a partir da idéia de transição (MANNHEIM, 1968 e 1982).

³ No artigo “*De quoi parle-t-on quand on parle du ‘problème de la jeunesse’?*”, Bourdieu (1986) examina as ambigüidades presentes nessa expressão. Pais (1990) também alerta para as diferenças existentes entre a definição da juventude enquanto problema social e a definição da juventude enquanto problema para análise sociológica.

veis a essas situações. Parte importante do seu modo de construção se desvela nessa interação. Mas outro elemento a ser considerado é a dinâmica do próprio campo de conhecimento, caracterizado pela adoção de matrizes disciplinares que, segundo Oliveira (1988), “articulavam de modo sistemático um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes” (p. 15)⁴.

Por essas razões cabe realizar, no âmbito da exame da produção de conhecimento, a análise de como um determinado campo de estudos também vem construindo teórica e conceitualmente o tema da juventude enquanto objeto de investigação, seus modos de aproximação do fenômeno em questão, seus recortes principais e, se possível, suas relações com os processos históricos que permitem a visibilidade desse segmento na sociedade brasileira nos últimos anos.

Mas, a adoção desse escopo não isenta o pesquisador da necessidade de utilização de critérios classificatórios explícitos, mas essa exigência deve contemplar a idéia de um certo grau de flexibilidade para possibilitar, inclusive, o exame de estudos que realizaram aproximações indiretas sobre a temática.

A fixação de alguns critérios relativos à faixa etária constituiu um procedimento inicial e útil para a seleção dos trabalhos, pois compreende uma primeira delimitação como ponto de partida. Mas,

⁴ Por essas razões Oliveira considera que no âmbito da Antropologia Social — por extensão creio ser pertinente sua análise para o campo da Educação — matriz disciplinar e paradigma não seriam considerados sinônimos. Assim, “à diferença das Ciências Naturais, que os registram em sucessão — num processo contínuo de substituição — na Antropologia social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das ‘revoluções científicas’. Discorda assim de Kuhn (1975), pois nesse campo pode ocorrer a convivência, muitas vezes em um mesmo país ou em uma mesma instituição de várias matrizes. As idéias de Oliveira foram citadas por Maria Arminda Arruda (1995) em seu artigo sobre Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Minha apropriação do trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira decorre, assim, da leitura do estudo de Arruda (p.123).

mesmo neste caso — a delimitação da faixa etária — foi preciso considerar as condições sociais em que se opera o desenvolvimento dos ciclos de vida em sociedades como a brasileira⁵. Integramos no conjunto amplo denominado juventude os segmentos etários que vão de 15 a 24 anos, seguindo as orientações de trabalhos na área demográfica, sobretudo aqueles desenvolvidos por Felicia Madeira⁶.

É preciso considerar os estritos limites em que essa delimitação opera e seu caráter preliminar, pois há enorme diferenças de tratamento dos dados inclusive sob o ponto de vista sócio-demográfico. Sob o ângulo restrito das estatísticas, em alguns países europeus, os estudos tendem a alongar os limites superiores da faixa etária pela incorporação da população com a idade de 29 anos (Bauby e Gerber, 1996). Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase — *a pós-adolescência* — que estaria configurando um período de latência ou de moratória social pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho formal (Chamboredon, 1985 e Müxel, 1994). Mas, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho — típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto — tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos.

De qualquer modo, a delimitação da faixa etária para levantamento das dissertações e teses não

⁵ De acordo com Chamboredon o conceito de ciclo de vida, útil para fins descritivos, pode ser enganador se ele sugere a determinação natural dessas etapas e o caráter universal, homogêneo e estável de seu conteúdo (1985, 19).

⁶ Para Felicia Madeira, essa ampla faixa por ela estudada compreende de 15 a 19 anos os adolescentes e de 20 a 24 os jovens propriamente ditos. Os trabalhos de Madeira (1986; 1988; 1989) a partir dos anos 80 têm se constituído em uma importante referência sobre o tema no Brasil.

implica em mera atribuição burocrática, mas deve sofrer cuidadoso critério de definição da pertinência ou não do estudo em questão, possibilitando, em alguns casos, a incorporação de pesquisas de faixas etárias um pouco anteriores ou superiores ao universo 15-24 anos.

As questões acima enunciadas são, visivelmente, expressão de processos históricos peculiares que resultaram, nos últimos anos, na superação do “modelo de instalação” na passagem para a vida adulta (Galland, 1991). Para Galland, a entrada na vida adulta significa ultrapassar três etapas importantes, delimitadas pela partida da família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal. Segundo este autor, os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária dessas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do “diletantismo” que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas de entrada na vida adulta sem renunciar, no entanto, a conhecer certas formas de independência.

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho — sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna — exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas. Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, significando dissociação no exercício de algumas funções adultas, e a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso — a descristalização — oferece como exemplo o exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares. O segundo caso — a la-

tência — seria ilustrado pela situação de posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países como a França (Chamboredon, 1985, 21). Considerando as relações presentes nos modos de reprodução das diversas classes sociais, torna-se também um desafio conceber a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas dessa passagem para a vida adulta incorporando as situações peculiares da vida urbana e rural⁷.

Além do critério etário e dos cuidados teórico-metodológicos de sua adoção, foi preciso recorrer a outros procedimentos que permitiram incorporar os usos associados, ainda que indiretamente, à noção de juventude⁸. A seleção dos trabalhos foi feita, assim, a partir dos principais descritores utilizados pelos autores para definir sua aproximação ao universo estudado, podendo envolver, cada descritor, temáticas diversas. Um primeiro lote de trabalhos foi reunido a partir do uso direto da expressão *jovem* no corpo da investigação. O segundo critério foi a seleção dos trabalhos que explicitamente utilizaram-se da categoria *adolescentes* e o terceiro pela adoção da categoria *adolescentes em situações de exclusão* como os assistidos, carentes, menores, meninos e meninas de rua (essa última categoria foi contemplada pela seleção de estudos que incorporaram os adolescentes ou a população de 14 a 17 anos). O quarto uso diz respeito à categoria *aluno ou estudante* e o quinto pela combinação *trabalhador-estudante ou aluno-trabalhador*⁹.

Finalmente, quanto aos recortes disciplinares selecionados, embora a centralidade da investigação se restrinja aos estudos ancorados nas disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais (Sociolo-

⁷ A essas situações poderiam ser acrescentados os temas relativos ao gênero e às etnias.

⁸ Esse uso é também reconhecido por Mauger (1994)

⁹ Sob a categoria *outros* foram reunidos os trabalhos que, não obstante considerarem a população em questão no âmbito da faixa etária, utilizaram-se de descritores como atleta, militares, etc.

gia, de forma dominante, seguida pela Antropologia e Política) não foi possível desconsiderar as ênfases derivadas da Psicologia no balanço da produção discente, em decorrência da tradição na pesquisa educacional que sempre contemplou espaços importantes para estudos examinados à luz dos temas dessa disciplina¹⁰.

De posse desses critérios iniciais foi preciso percorrer a vasta produção do período (1980-1995), sintetizada pelos resumos publicados nos Cadernos da ANPED, compreendendo 651 Teses e 5441 dissertações, perfazendo um total de 6092 trabalhos. Desse conjunto, até o momento foi levantado um total de 217 dissertações e 27 teses (Tabelas 1 e 2), correspondendo a 4% da produ-

ção em Educação¹¹. Esse índice comparativo sofre pequenas alterações no período, atingindo limites superiores em 1981 (8,4%), 1985 (7,9%) e em 1995 (6,4%). No entanto, é preciso reconhecer que no interior da temática “Estudos sobre Juventude” há um sensível crescimento nos últimos anos, pois cerca de metade da produção está concentrada nos anos 90. Embora esse incremento seja significativo é preciso considerar que nesse mesmo período se observa, também, um crescimento expressivo no número total de teses e dissertações defendidas. Por essas razões é ainda prematura qualquer inferência sobre um maior interesse sobre esse campo de investigações no interior da área da Educação.

Tabela 1
Produção acadêmica discente em juventude 1980-1995

Ano	Dissertações	%	Teses	%	Total	Total %
1980	9	4	0	-	9	3,7
1981	13	6,5	0	-	13	5,2
1982	8	3,6	1	3,7	9	3,7
1983	0	-	0	-	0	-
1984	19	8,8	0	-	19	7,8
1985	16	7,2	2	7,4	18	7,4
1986	9	4	0	-	9	3,7
1987	12	5,5	0	-	12	5
1988	8	3,6	1	3,7	9	3,7
1989	18	8,2	7	26	25	10,2
1990	16	7,2	3	11,1	19	7,8
1991	13	6,5	1	3,7	14	5,7
1992	12	5,5	5	18,5	18	7,4
1993	12	5,5	1	3,7	13	5,2
1994	7	3,2	0	-	7	2,7
1995	45	20,7	6	22,2	51	20,8
Total	217	100	27	100	244	100

¹⁰ Não foram classificados os estudos que trataram de componentes específicos do processo de ensino e aprendizagem — os de natureza estritamente pedagógica — que visavam a uma percepção de questões relacionadas ao modo como ocorre a absorção de conceitos, conteúdos e novas metodologias de ensino. Não constam também do levantamento as dissertações e teses que examinaram populações portadoras de algum tipo de deficiência. Sobre a presença dos temas psicológicos na pesquisa em educação consultar Warde (1993).

¹¹ Embora tenha sido possível levantar os resumos de trabalhos do ano de 1980, mediante listagens oferecidas pela ANPED, os dados globais da produção não integram esse ano porque o CD-ROM, que reuniu as informações contidas em todos os cadernos, oferece informações a partir do ano de 1981.

Tabela 2

Participação da produção acadêmica em juventude sobre o total nacional 1981-1995

Série Ano	Produção acadêmica discente nacional			Produção acadêmica discente em juventude					
	Dissertações	Teses	Total Nac.	Dissertações	%	Teses	%	Total	Total %
1980**				9		0		9	
1981	150	4	154	13	8	0	-	13	8,4
1982	161	4	165	8	5	1	25	9	5,4
1983	227	11	238	0	-	0	-	0	-
1984	319	17	336	19	6	0	-	19	5,7
1985	205	22	227	16	7,8	2	9,1	18	7,9
1986	211	16	227	9	4,2	0	-	9	4
1987	244	26	270	12	5	0	-	12	4,4
1988	340	31	371	8	2,3	1	3,2	9	2,4
1989	383	58	451	18	4,5	7	12	25	5,5
1990	419	41	460	16	3,8	3	7,3	19	4,1
1991	404	47	461	13	3,2	1	1,7	14	3
1992	537	87	624	12	2,2	5	6,9	18	2,9
1993	526	88	614	12	2,2	1	1,1	13	2,1
1994	612	86	698	7	1,1	0	-	7	1
1995	693	103	796	45	6,4	6	5,8	51	6,4
Total	5441	651	6092	217	4	27	4,3	244	4

* As porcentagens se referem ao total da produção da área de educação catalogadas no CD-Rom da ANPEd.

** O ano de 1980 não está computado no total de porcentagens, uma vez que o CD-Rom da ANPEd não fornece os dados deste ano.

Tabela 3

Distribuição geográfica da produção acadêmica discente por Ufs e regiões

Região/Estado	Dissertações	Teses	Total	% Total
Centro-Oeste	8	0	8	3,2
Distrito Federal	3	0	3	1,2
Goiás	1	0	1	0,4
Mato Grosso	1	0	1	0,4
Mato Grosso do Sul	3	0	3	1,2
Nordeste	21	0	21	8,4
Bahia	7	0	7	2,8
Ceará	6	0	6	2,4
Paraíba	6	0	6	2,4
Piauí	1	0	1	0,4
Rio Grande do Norte	1	0	1	0,4
Sudeste	129	20	149	61,3
Espírito Santo	4	0	4	1,6
Minas Gerais	7	0	7	2,8
Rio de Janeiro	53	2	55	22,6
São Paulo	65	18	83	34,3
Sul	54	7	61	25,1
Paraná	8	0	8	3,2
Rio Grande do Sul	45	7	52	21,5
Santa Catarina	1	0	1	0,4
sem identificação	5	0	5	2
Total	217	27	244	100

A distribuição geográfica da produção sobre o tema revela que a região Sudeste reuniu 61,3% dos trabalhos defendidos nesse período, seguida da região sul com 25,1%. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram 56,9% da produção nacio-

nal (34,3% e 22,6%, respectivamente) (Tabela 3)¹². No entanto verifica-se a presença marcante do estado do Rio Grande do Sul, com 21,5% da produção nacional nos estudos sobre juventude, reunida em duas instituições (PUC/RS e UFRGS) (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição da produção acadêmica discente por entidades mantenedoras^a

Instituição	Dissertações	Teses	Total	% Total
PUC/SP	25	9	34	14,1
UFRGS	25	6	31	12,8
PUC/RS	20	1	21	8,7
UNICAMP	17	2	19	7,9
PUC/RJ	13	2	15	6,2
UFRJ	14	0	14	5,8
USP	7	6	13	5,4
UFSCar	10	1	11	4,5
UFF	10	0	10	4,1
IESAE	10	0	10	4,1
UFPR	8	0	8	3,2
UFBA	7	0	7	2,8
UERJ	6	0	6	2,4
UFCE	6	0	6	2,4
UFMG	6	0	6	2,4
UFPB	6	0	6	2,4
UFES	4	0	4	1,6
PUCCAMP	3	0	3	1,3
UFMS	3	0	3	1,2
UnB	3	0	3	1,2
UNIMEP	3	0	3	1,2
UFGO	1	0	1	0,4
UFMT	1	0	1	0,4
UFPI	1	0	1	0,4
UFRN	1	0	1	0,4
UFSC	1	0	1	0,4
UFU	1	0	1	0,4
sem identificação	5	0	5	2
Total	217	27	239	100

^a Faltam os dados sobre as entidades mantenedoras relativos a cinco dissertações do ano de 1980

¹² A concentração dos Programas de Pós-Graduação na Região Sudeste e Sul, aliada à sua longevidade, explica, à primeira vista, a maior incidência de trabalhos defendidos, pois os dados coletados seguem, praticamente, as proporções do conjunto da área, como demonstra o estudo de Warde. No período de 1982/1991 a região Sudeste ficou responsável por 67,7% e a região sul por 19,5% do total da produção discente.

Os descritores utilizados pelos autores referem-se, sobretudo, às definições do sujeito a partir de sua condição de aluno ou estudante, compreendendo 59,1% dos trabalhos. Desse conjunto (144), 38 estudos se referiram diretamente à categoria estudante-trabalhador (15,6, % sobre o total dos descritores). O restante criou formas de aproximação do sujeito a partir de outras categorias tendo como foco de investigação, os adolescentes (15,2%), jovens (13,5%), adolescentes em situação de exclusão (9%) (Tabela 5).

O tema constitui um dos elementos importantes para descrever e caracterizar essa produção. Considerando-se apenas o tema principal é possível perceber que as relações dos jovens com as formas institucionais do processo educativo, compreendendo a escola (primeiro e segundo graus), os cursos noturnos e ensino superior, significaram 44,8 % dos assuntos tratados nas dissertações e teses (Tabela 6).

Em termos de grau de ensino, a escolaridade de primeiro e segundo graus recobre a maioria desses interesses temáticos e a pesquisa sobre ensino superior dedicou-se, principalmente, ao estudo do destino ocupacional e expectativas profissionais dos alunos, buscando traçar seu perfil¹³. Os temas relativos aos aspectos psicossociais dos sujeitos investigados, tais como valores, julgamento moral, capacidade crítica e representações integram 21,7% da produção, sendo desenvolvidos por estudos que utilizaram sobretudo o termo adolescente como descritor, em sua grande parte caracterizados por abordagens mais próximas das orientações da Psicologia.

As relações entre trabalho e educação no âmbito da faixa etária ocuparam 17,3% dos temas e o conjunto restante de assuntos investigados, compreende 16,2% das dissertações e teses distribuídas em âmbitos diversos. Nesse último bloco, caracterizado

Tabela 5
Distribuição da produção acadêmica discente por descritores

Descritores	Dissertações	Teses	Total	% Total
Estudante	95	11	106	43,5
Estudante-trabalhador	34	4	38	15,6
Adolescente	32	5	37	15,2
Jovem	28	5	33	13,5
Adolescente excluído	20	2	22	9
Outros	8	0	3	3,2
Total	217	27	44	100

Tabela 6
Distribuição da produção acadêmica discente por temas pesquisados

Tema	Dissertações	Teses	Total	% Total
Escola	41	1	42	17,3
Trabalho e Educação	36	6	42	17,3
Cursos noturnos	29	3	32	13,1
Ensino superior	22	8	30	12,3
Aspectos psicossociais	27	1	28	11,5
Representações	21	4	25	10,2
Participação política	11	1	12	4,9
Projetos de atendimento	8	2	10	4,1
Meios de comunicação	6	0	6	2,4
Grupos juvenis	4	1	5	2
Violência	2	0	2	0,8
Outros*	10	0	10	4,1
Total	217	27	244	100

* Inclui prática de esporte, educação ambiental, educação militar, prostituição infanto-juvenil

pela sua baixa frequência, concentram-se alguns temas mais próximos dos estudos clássicos da Sociologia da Juventude. Dentre eles estão presentes as investigações desenvolvidas em torno do movimento estudantil e da participação política compreendendo 12 trabalhos (4,9% do total da produção sobre juventude). Temas como projetos e instituições destinadas aos adolescentes em situação de risco, envolvendo propostas alternativas estão presentes em 4,1% dos trabalhos selecionados e, em menor número, as pesquisas envolvendo jovens e mídia (2,4%). As análises

sobre grupos juvenis (gangues, galeras, grupos musicais) que foram objeto de investigação de apenas 5 trabalhos (2%) ou violência (0,8%) constituem os últimos grupos em termos de frequência. A categoria outros, reunindo estudos muito díspares quanto ao tema, inclui educação ambiental, educação militar, prostituição infanto-juvenil e prática de esportes.

Se considerarmos a sequência temporal tanto na utilização dos descritores como nas preferências temáticas alguns indícios importantes de mudança de ênfase podem ser verificados (Tabelas de 7 a 10).

Tabela 7
Distribuição (ano a ano) da produção acadêmica discente por descritores

Descritores Ano	Jovem	Adolescente	Estudante trabalhador	Estudante	Adolescente excluído	Outros	Total
1980	-	2	6	-	1	-	9
1981	-	3	7	1	1	1	13
1982	1	1	4	-	3	-	9
1983	-	-	-	-	-	-	-
1984	-	3	14	1	1	-	19
1985	3	6	6	2	-	1	18
1986	2	2	4	1	-	-	9
1987	2	-	7	1	1	1	12
1988	3	1	4	1	-	-	9
1989	1	4	10	5	4	1	25
1990	3	1	9	5	-	1	19
1991	3	3	3	3	2	-	14
1992	1	2	8	5	1	-	17
1993	3	1	3	6	-	-	13
1994	1	-	-	5	1	-	7
1995	10	8	21	2	7	3	51
Total	33	37	106	38	22	8	244
Total %	13,5	15,2	43,5	15,6	9	3,2	100

Tabela 8
Distribuição (a cada 5 anos) da produção acadêmica discente por descritor

Descritores	80-84	85-89	90-95	Total
Jovens	2%	15%	17,4%	13,5%
Adolescente	18%	17,8%	12,4%	15,2%
Estudante	62%	42,5%	36,4%	43,5%
Estudante trabalhador	4%	13,7%	21,5%	15,6%
Adolescente excluído	12%	5,5%	9%	9%
Outros	2%	5,5%	3,3%	3,2%
Total	100%	100%	100%	100%

¹³ Como exemplo, citaríamos estudos que trataram de carreiras, como o perfil do estudante de enfermagem, etc.

Quanto ao uso de descritores pode ser observado o decréscimo gradativo da utilização do termo *adolescente* (de 18% no período 80-84 para 12,4% na fase mais recente); verifica-se o aumento da freqüência para o descritor *jovem*, praticamente inexistente no início dos anos 80 (2%), al-

cançando proporção maior já nos primeiros cinco anos da década de 90 (17,4%) (Tabelas 7 e 8). A este dado pode se acrescentar um decréscimo nas categorias relativas à condição escolar — de 66% no primeiro período para 57,5% — aliado a uma significativa alteração no modo de sua abordagem.

Tabela 9
Distribuição (ano a ano) da produção acadêmica discente por temas pesquisados

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Total
Tema																	
Escola	3	4	1	-	2	3	1	3	1	5	4	1	2	1	-	11	42
Educação e Trabalho	1	2	1	-	5	2	-	2	1	5	-	4	5	5	2	7	42
Cursos																	
Noturnos	-	-	-	-	-	3	1	-	1	1	6	2	6	1	4	5	30
Ensino Superior	-	-	1	-	6	1	2	2	1	6	4	1	2	3	-	3	32
Aspectos																	
Psicossociais	5	4	3	-	3	2	1	-	1	1	1	2	1	-	-	5	28
Representações	-	1	-	-	2	4	1	-	2	5	-	1	1	3	-	5	25
Grupos juvenis	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	5
Projetos de Atendimento	-	1	2	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	3	10
Participação política	-	-	-	-	-	1	2	1	1	-	2	1	-	-	-	4	12
Violência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Meios de Comunicação	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	4	1	1	-	1	-	-	-	3	10
Total	9	13	9	-	19	18	9	12	9	25	19	14	17	13	7	51	244

Tabela 10
Distribuição (a cada 5 anos) da produção acadêmica discente por temas pesquisados

Descritores	80-84	85-89	90-95	Total
Escola	20%	17,8%	15,7%	17,3%
Trabalho e educação	18%	13,7%	19%	17,3%
Ensino Superior	14%	16,5%	10,8%	13,1%
Cursos Noturnos	-	8,2%	19,9%	12,3%
Aspectos psicossociais	30%	6,9%	7,4%	11,5%
Representações	6%	16,5%	8,2%	10,2%
Participação política	-	6,9%	5,7%	4,9%
Projetos de atendimento	8%	1,3%	3,3%	3,7%
Meios de comunicação	4%	2,7%	1,7%	2,4%
Grupos juvenis	-	1,3%	3,3%	2%
Violência	-	-	1,7%	0,8%
Outros	-	8,2%	3,3%	4%
Total	100%	100%	100%	100%

O descritor estudante atingia 62% dos trabalhos e passa, no último período, para 36,4%, ao passo que estudante-trabalhador de 4% no período 80-84 atinge 21,5% nos anos 90.

O modo de aproximação do sujeito expresso no uso dessas categorias oferece alguns elementos importantes para a reflexão. De um lado parece que a ênfase em categorias consagradas da Psicologia — *adolescente* — tende a diminuir, envolvendo um movimento contrário de aumento da categoria *jovem*, mais próxima da tradição sociológica. Por outro lado, o advento e disseminação da categoria *estudante-trabalhador* revelam a busca de mecanismos de aproximação da realidade escolar capazes de integrar outros aspectos das relações sociais — o trabalho — em que parte significativa de seus sujeitos está mergulhada. Chama a atenção a presença de estudos no início dos anos 80 sobre adolescentes em situação de exclusão e uma pequena recuperação de sua frequência nos anos 90. Esses dados indicam, ainda, pequeno grau de permeabilidade da academia à problemática desses segmentos. Intensamente debatido na segunda metade dos anos 80 e consagrado em nova ordenação institucional em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o tema na área educacional não sofreu tratamento acadêmico suficiente de modo a oferecer uma contribuição crítica para a formulação de políticas públicas.

As ênfases temáticas (Tabelas 9 e 10), ao longo desses 15 anos, também oferecem elementos para reiterar certas observações já verificadas na análise dos descritores. A sensível diminuição da frequência de assuntos em torno dos aspectos psicossociais da faixa etária parece indicar um decréscimo da presença de matrizes disciplinares da Psicologia na análise dos sujeitos (de 36% para 15,6% nos anos 90)¹⁴. Os assuntos relativos a educação e trabalho

e, sobretudo, cursos noturnos tenderam a ocupar espaços mais relevantes, diminuindo as investigações em torno da escola sem o recurso a essas adjetivações. As temáticas emergentes dos anos 90 compreendem o exame dos agrupamentos e as formas de violência no horizonte da sociabilidade juvenil, ampliando os estudos sobre jovens, anteriormente restritos à participação política (sobretudo no movimento estudantil).

Algumas considerações para a análise

Várias interrogações se impõem ao investigador, após o exame desses dados ainda preliminares, resultantes do levantamento empreendido sobre a produção discente na Pós-Graduação em Educação de 80 a 95.

A pequena participação do que amplamente poderíamos designar como *Estudos sobre Juventude em Educação* decorre das características da própria produção, marcada pela dispersão e variação temática, de acordo com as análises responsáveis pela avaliação acadêmica da área (Gatti, 1983 e Warde, 1993). Assim, a “dispersão e a variação temática continuam a ser características predominantes sobre a unidade e a continuidade. Não se trata de diversidade, traço positivo a ser conquistado e preservado, mas de: a) fragmentação dos temas numa multiplicidade de subtemas ou assuntos; b) pulverização dos campos temáticos e c) descontinuidade no trato dos assuntos” (Warde, 1993, 69).

Mas a investigação realizada por Warde aponta, também, a preferência por temas pedagógicos, apresentando um índice rápido de crescimento na época (1982-1991) principalmente os trabalhos sobre o ensino de disciplinas ou áreas de estudo, compreendendo gama variável de aspectos tais como metodologias, técnicas de ensino, didáticas, planejamento, entre outros (Warde, 1993, 57).

A ênfase nas pesquisas de natureza estritamente pedagógica, de acordo com Warde, parece decorrer da entrada na Pós-Graduação, nos anos 80, de um número não desprezível de professores e técnicos de ensino ligados, por formação e atuação, ao

¹⁴ Tanto o decréscimo da presença da vertente psicológica como o incremento de uma possível abordagem ancorada nas Ciências Sociais não indicam, em si mesmos, progressos ou regressões no campo de estudos. A análise mais detida dessas inflexões só poderá ser empreendida mediante avaliação em profundidade dos trabalhos.

ensino de primeiro e segundo graus e, em menor quantidade, ao ensino superior. Ao que tudo indica, interessados em compreender a escola, esses pesquisadores voltaram-se, sobretudo, para a investigação de aspectos pedagógicos, revelando forte interesse no processo de aprendizagem mas com escassa ênfase no conhecimento do aluno, em nosso caso adolescentes ou jovens, enquanto sujeito ao qual se destina a atividade educativa da escola.

Tal fato parece auxiliar, também, na explicação do isolamento da área em relação às demais ciências humanas, estabelecendo apenas em alguns temas e por parte de alguns pesquisadores “um diálogo diferenciado com outras áreas de investigação social” (Warde, op. cit., 69).

Essas questões iniciais já permitem uma indagação importante. Nesse campo de estudos levantados pelo conjunto de dissertações e teses, cujos dados preliminares foram aqui apresentados, percebe-se a sua fraca participação no conjunto da produção da área nos últimos quinze anos. Mas, nas teses e dissertações reunidas estaria ocorrendo esse diálogo apontado por Warde, mediante a constituição de uma área, ainda que incipiente, de estudos de natureza sociológica sobre jovens no interior da pesquisa em Educação? Ou, reduzindo as expectativas, e propondo a questão de forma mais modesta, poderíamos admitir a hipótese de que no interior dos estudos sobre a Educação estaria sendo contemplada, ainda que em caráter incipiente, uma forma de aproximação inspirada nas disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais para a análise do sujeito ao qual se destina o processo educativo, particularmente na faixa etária que recobre os segmentos juvenis? Seriam apenas os temas psicológicos o campo privilegiado de interlocução com outras áreas de investigação social?

Se considerarmos que a maioria dos pesquisadores, conforme já apresentado, utilizou-se do tema escola e dos descritores que examinam a condição de aluno ou estudante, poderíamos supor, ao contrário, que este seria, ainda, um aspecto reiterador das características gerais da produção discente na área. Seria então observada, nesse universo da pro-

dução discente, a inexistência de relativa porosidade capaz de absorver dimensões da sociabilidade do educando que afetariam os patamares em que se dá a sua experiência escolar. As pesquisas estariam privilegiando no desvelamento do sujeito apenas a sua condição mais visível de aluno.

Um ponto importante de inflexão nesse universo de dissertações e teses se verifica na adoção da categoria estudante-trabalhador no âmbito das investigações que também procuraram entender a escola noturna e as relações entre educação e trabalho¹⁵. Ou seja, para grande parte da população escolar, a categoria aluno não possibilitaria uma aproximação mais global de suas práticas escolares, interesses e formas de sociabilidade. Por essas razões a pesquisa voltou-se para o exame dessas formas híbridas que caracterizariam a experiência educativa da maioria da população de origem trabalhadora ou excluída da sociedade brasileira. Se essa suposição é correta, as investigações mais recentes recorrem a novas abordagens, incluindo aquelas que dizem respeito às formas associativas e de expressão cultural dos segmentos juvenis na medida em que se acentua a crise da escola e sua capacidade de intervenção socializadora sobre a população em idade escolar. A compreensão da vida escolar estaria, assim, exigindo novos aportes da pesquisa, uma vez que além da sua escassa capacidade de transmissão de conhecimentos e valores considerados legítimos pela sociedade, estaria ocorrendo no seu interior a emergência de formas de sociabilidade juvenil não contempladas nas investigações (Dubet, 1987 e 1991, Dubet e Martuccelli, 1996). Ao que tudo indica estaria ocorrendo um padrão de esgotamento das análises sobre a escola no Brasil que privilegiariam apenas a experiência pedagógica e os mecanismos presentes na distribui-

¹⁵ O primeiro trabalho localizado data de 1981, embora não utilize a expressão estudante-trabalhador, trata do estudante que trabalha, como forma de aproximação do sujeito, tentando apreender as especificidades da escola noturna. A dissertação foi posteriormente publicada sob o título *Ensino noturno realidade e ilusão* (Carvalho, 1984).

ção do conhecimento escolar sem levar em conta outras dimensões e práticas sociais em que está mergulhado o sujeito¹⁶.

Por outro lado, seria preciso reconhecer que uma certa abertura da pesquisa em Educação às disciplinas constitutivas das Ciências Sociais (em especial a Sociologia) estaria fortalecida se esse campo do conhecimento tivesse reservado em seus domínios uma atenção aos fenômenos educativos e aos estudos sobre juventude. Este, entretanto, não foi o caminho seguido.

O início dos estudos sociológicos sobre educação no Brasil indicava um caminho promissor e fecundo para o desenvolvimento de pesquisas sobre a escola que merece ser retomado. Em 1955, ao realizar um balanço das tendências predominantes no pensamento sociológico sobre a Educação, Antônio Cândido identificava três grandes orientações: uma primeira — filosófica-sociológica — qualificada por suas preocupações em definir o caráter social do processo educativo, estabelecendo as articulações gerais entre o funcionamento da sociedade e a educação; a segunda vertente — pedagógico-sociológica — buscava os elementos teóricos que pudessem ser traduzidos na possibilidade do bom funcionamento da escola, mas se transformava em componente da Pedagogia e da Administração Escolar; e, finalmente, um ramo em vias de constituição, a Sociologia da Educação, que tentava ao mesmo tempo afastar-se do caráter especulativo da primeira tendência e do imediatismo presente na segunda orientação.

Propunha Cândido que a Sociologia da Educação voltasse sua atenção para os aspectos sociais do processo educacional, sem transformar a explicação dada na chave mestra, que reduziria as situações particulares ao que estaria estabelecido e interpretado “a priori” em seus aspectos mais genéricos. Sugeriu, também, a análise sociológica das

¹⁶ A tese de doutorado de Guimarães (1995), que privilegiou no estudo da escola pública da cidade do Rio de Janeiro as suas relações com as galeras de jovens e o narcotráfico traduz essas tentativas de novos aportes.

situações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da escola, eixo central mas não exclusivo do processo educativo na sociedade moderna (Cândido, 1973).

Utilizando-se da significação heurística atribuída por Znanieck (1973), que considerava a escola como grupo social instituído, no artigo “*A estrutura da escola*” Cândido (1973 a) desenvolve um excelente roteiro de investigação para a análise da unidade escolar. O caminho proposto procurava dar conta do universo de relações que compunham sua estrutura e funcionamento. Assim, tornava-se preciso investigar não só os mecanismos que traduzem a ação deliberada dos grupos instituidores, expressos nas ordenações advindas do Poder Público, como sua forma de sociabilidade interna que nasce na dinâmica do próprio grupo, em decorrência das orientações e — tomo a liberdade de acrescentar — do padrão de interações de seus agentes: corpo administrativo, professores, alunos e suas famílias. Essa sociabilidade, dizia Cândido, poderia ser investigada tanto nas formas espontâneas de agrupamento e nos mecanismos produzidos para a sua sustentação, como na sala de aula¹⁷.

Em suas reflexões pioneiras, Cândido não se detém nesses aspectos e também aponta não só fecundos caminhos para uma nascente Sociologia da Educação, mas contempla o espaço possível para uma abordagem sociológica sobre juventude, articulada ao campo dos estudos sociológicos sobre a educação.

Ao levantar elementos importantes para a análise das situações pedagógicas da escola e do processo educativo, Cândido assinalava a inevitável tensão existente entre as gerações. Tratava-se de criticar a “ilusão pedagógica” de Durkheim (Durkheim,

¹⁷ Os trabalhos de Luiz Pereira, sua dissertação de mestrado, “*A escola numa área metropolitana*” (1967) e o artigo “*Rendimentos e deficiências do ensino primário brasileiro*”, publicado no livro *Estudos sobre o Brasil contemporâneo* (1971), ilustram a adoção dessas vertentes inspiradas em Cândido. João Baptista Borges Pereira (1976) também em sua dissertação de mestrado, publicada sob a forma de livro em 1966, se utiliza das formulações de Cândido.

1975) que examinou o tema da educação sem estabelecer os conflitos entre os adultos e os imaturos (jovens e crianças) que condicionariam o próprio processo de instrução.

Os estudos de Marialice Foracchi constituem, até os nossos dias, o exemplo melhor sucedido de tratamento do tema. Na busca da compreensão da educação brasileira, dos dilemas nascidos no interior de uma sociedade dependente, a pesquisadora voltou sua atenção para os jovens. Analisou uma categoria construída historicamente na dinâmica dos embates entre as classes, mas que não se esgotava no âmbito dessa relação. Seus trabalhos revelam as tentativas, impasses e as alternativas gestadas no esforço desenvolvido pelos jovens estudantes universitários para se afirmarem como sujeitos dos conflitos e das lutas sociais dos anos 60 (Foracchi, 1965; 1972; 1982).

A evolução das Ciências Sociais no Brasil compreendeu o abandono da educação que se tornou objeto quase inexistente para os sociólogos¹⁸ e o escasso desenvolvimento do tema da juventude, após a morte prematura de Marialice Foracchi. As dissertações e teses defendidas na própria USP são esparsas, não só na Sociologia como na Antropologia e na Ciência Política. Não se configura nem uma sólida tradição investigativa no campo iniciado por Foracchi e, muito menos, a disseminação de equipes constituídas em torno do tema. Quando a preocupação se fez presente, as dissertações e teses

¹⁸ Sobre as relações entre os sociólogos e a Educação consultar os artigos de Luiz Antonio Cunha, (1992 e 1994). Um balanço realizado por Silke Weber sobre a produção recente no país da pesquisa que estabeleceu as relações entre educação e sociedade, elencou as seguintes linhas de estudo: Estado e educação, Universidade e sociedade e Educação Popular, compreendendo a educação de adultos e os movimentos sociais pela escola pública. Weber reitera o relativo desinteresse dos sociólogos pela educação apoiando-se em levantamento realizado por Clarice Baeta Neves em 1991, que havia localizado apenas 4 programas, dentre os 13 existentes no país na área de Sociologia, que desenvolviam pesquisas em temas explicitamente ligados à educação (Weber, 1992).

foram desenvolvidas por pesquisadores isolados ou por raros grupos de pesquisa¹⁹.

Assim, se as Ciências Sociais no Brasil não desenvolveram nos últimos 25 anos, com raras exceções, um campo sólido nos estudos sobre juventude, a pesquisa em Educação, quando se debruçou sobre os sujeitos do processo educativo não encontrou nessa área do conhecimento possibilidades de fértil interlocução.

Não obstante o maior desenvolvimento dos estudos sobre juventude na França, Mauger (1994) ainda aponta em seu balanço que a *Sociologia da Juventude*, enquanto domínio de pesquisa sociológica nesse país, revestido de forte audiência política e de intenso teor profético ainda padecia de fraca legitimidade científica e pouca consistência teórica no início dos anos 90. Propunha, esse autor, a seguinte questão, é necessário ajudá-la a ser ou a desaparecer? Para nós essa indagação se apresenta de forma mais aguda, pois só recentemente o tema da juventude tem aparecido no debate público e político, recoberto pelos processos de exclusão social que atingem crianças e adolescentes nas denominadas “situações de risco”. A ampla faixa que completa 18 anos só se constitui interesse pelos índices de violência associados a esse segmento. A

¹⁹ A pesquisa em andamento pretende realizar balanço de dissertações e teses sobre juventude no campo das Ciências Sociais, esgotando o eixo Rio-São Paulo. Há uma publicação, em 1987, sobre jovens, “Bibliografia sobre la juventud brasilera” que apresenta títulos, reunindo artigos de periódicos, livros e teses, levantados mediante consulta aos acervos de centros situados em São Paulo (Celaju, 1987). O trabalho importante de balanço da literatura realizado por Alvim e Valladares (1988), final dos anos 80, abriu perspectivas no campo dos estudos sobre crianças e adolescentes em situação de exclusão, oferecendo subsídios para a análise do desenvolvimento dos estudos sociológicos sobre juventude. A publicação de Cardoso e Sampaio (1995) em torno da produção na área, reúne estudos importantes mas não oferece um quadro sistemático da produção devido a um volume significativo de trabalhos que não foram considerados e à ausência de periodização e classificação das fontes na forma como a bibliografia foi apresentada.

fraca visibilidade da questão na esfera pública brasileira, alia-se à fraca penetração no âmbito da pesquisa educacional, demandando inúmeros esforços de adensamento teórico.

Os trabalhos mais recentes na área da Educação, a partir de meados dos anos 90, tendem a incorporar categorias sociológicas e parecem acenar com novas perspectivas. Talvez estejam sendo criadas as condições para um diálogo mais fecundo e promissor com os cientistas sociais interessados no tema, de modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre juventude no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALVIM, Maria Rosilene, VALLADARES, Lícia, (1988). Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da Literatura. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, (1995). A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP/FAPESP. v. 2
- BAUBY, Pierre, GERBER, Thierry, (1996). *Singulière jeunesse plurielle*. Paris: Publisud.
- BOURDIEU, Pierre, (1986). De quoi parle-ton quand on parle du 'problème de la jeunesse?'. In: PROUST, François (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV.
- CÂNDIDO, Antonio, (1973). Tendências no desenvolvimento da Sociologia da Educação. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice Mencarini. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CÂNDIDO, Antonio, (1973). A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice Mencarini. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARDOSO, Ruth, SAMPAIO, Helena (Orgs.), (1995). *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP.
- CARVALHO, Célia Pezzolo, (1984). *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo: Cortez.
- CELAJU (Centro Latinoamericano sobre Juventud), (1987). *Bibliografia sobre já juventud brasileira*. Montevideo.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude, (1985). Adolescence et post-adolescence: já 'juvénisation'. In: ALEON, MORVAN, LEBOVICI. *Adolescence terminée, Adolescence interminable*. Paris: PUF.
- CUNHA, Luiz Antonio, (1992). *A educação na Sociologia: um objeto rejeitado?* Campinas: Papyrus. (Cadernos CEDES, 27)
- CUNHA, Luiz Antonio, (1992). Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação: primeiras aproximações., *Tempo Social*, São Paulo, v. 4, n. 1-2. (Editado em 1994)
- DUBET, François, (1987). *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard.
- _____, (1991). *Les lycéens*. Paris: Seuil.
- _____, MARTUCCELLI, Danilo, (1996). *A l'école: Sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Émile, (1975). *Educação e Sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos.
- FORACCHI, Marialice Mencarini, (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____, (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- _____, (1982). *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- GALLAND, Olivier, (1991). *Sociologia de la jeunesse: la entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.
- GATTI, Bernadete, (1983). Pós-graduação e pesquisa em Educação no Brasil, 1978-1981. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44.
- GUIMARÃES, Eloisa, (1995). *Escola, galeras e narcotráfico*. Tese (Doutorado) - PUC/RJ.
- JANKOWSKI, Barbara, (1992). *Les gangs aux Etats-Unis: bilan des recherches*. Relatório de pesquisa, mimeografado.
- KUHN, Thomas, (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- MANNHEIM, Karl, (1968). O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar. v. 1
- _____, (1982). O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- MADEIRA, Felicia, (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58.

- _____, BERCOVICH, Alicia (1992). A 'onda jovem' e seu impacto na População Economicamente Ativa. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 8.
- MAUGER, Gérard, (1994). *Les jeunes en France: état des recherches*. Paris: La documentation française.
- MÜXEL, Anne, (1994). La formation des choix politiques dans le temps de la jeunesse: filiation et expérimentation. In: CHEVALIER, Jean (Org.). *L'identité politique*. Paris: PUF.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso, (1988). *Sobre o pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAIS, José Machado, (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106.
- PEREIRA, João Baptista, (1976). *A escola secundária numa sociedade em mudança*. 2. ed. São Paulo: Pioneira.
- PEREIRA, Luiz, (1967). *A escola numa área metropolitana*. São Paulo: Pioneira.
- _____, (1971). Rendimentos e deficiências do ensino primário brasileiro. In: *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira.
- WARDE, Mirian Jorge, (1993). A produção discente dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil (1982-1991): avaliação & perspectivas. In: ANPED/CNPq. *Avaliação e perspectiva na área de educação*
- WEBER, Silke, (1992). *A produção recente na área de Educação*. Campinas: Papyrus. (Cadernos CEDES, 27)
- ZNANIECK, Florian, (1973). A escola como grupo instituído. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice Mençari. *Educação e sociedade: leituras de Sociologia da Educação*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.